

“Temos que nos unir nessas negociações”, diz Orestes Quércia

por Getúlio Bittencourt
de São Paulo

As oposições precisam oferecer ao governo federal respaldo e legitimidade nas negociações com os credores internacionais, disse onem a este jornal o vice-governador paulista Orestes Quércia, para quem o modelo inspirador de comportamento é o do gaúcho Bento Gonçalves:

“Durante a Revolução Farroupilha, quando os uruguaiois lhe ofereceram tropas para enfrentar o governo central, Bento Gonçalves respondeu que preferia aliar-se às tropas federais contra essa invasão oriental. Nós temos de nos unir nessas negociações com o exterior.”

De acordo com a proposta de Quércia, o governo do presidente João Figueiredo deve receber o respaldo das oposições para renegociar a dívida externa “em termos mais razoáveis do que está fazendo agora, embora sem chegar a uma moratória unilateral, como se tem proposto, porque os desdobramentos podem ser muito negativos para o Brasil”.

Nesse ponto, o vice-governador concorda com uma frase que o secretário particular do presidente, Heitor Ferreira, extraiu do livro de História de Portugal que está lendo agora: “As consequências vêm depois”.

O apoio oposicionista, embora firme, deve restringir-se aos combates externos, na proposta quercionista: “Aqui dentro, entre nós, governo governa e oposição oposiciona, como tem de ser”. Por isso mesmo, Quércia entende que a oposição não tem por que

apoiar o Decreto-lei nº 2.045, que impõe o limite de 80% do INPC para todos os reajustes salariais.

Ele admite que o nível de dificuldades econômicas internas e externas a que o País foi atirado tornou indispensável uma distribuição de sacrifícios, que passa necessariamente por um aperto nos salários. O vice-governador paulista admite até mesmo que a tributação sobre o capital e os lucros bancários é de certo modo “perfumaria”, porque o volume de recursos que se pode extrair daí “é relativamente pequeno para o tamanho do rombo nas contas internas”.

Apesar de reconhecer isso, Quércia entende que o governo Figueiredo não pode receber um respaldo oposicionista no plano interno:

“Aqui é diferente. Quem tem legitimidade para exigir esse tipo de sacrifício do povo é somente um governo eleito pelo próprio povo. Esse, sim, poderia fazer como Winston Churchill na Inglaterra: ‘Só lhes posso oferecer sangue, suor e lágrimas’. Um governo legitimamente eleito poderia apresentar cruamente a situação nacional e impor sacrifícios, que o povo aceitaria. Caso contrário, não, porque a população recusa”.

O vice-governador entende também que, visto do ângulo dos interesses administrativos do governo paulista, por exemplo, o 2.045 até contribuiria para reduzir os déficits orçamentários a níveis mais suportáveis — mas conclui que o decreto-lei precisa ser visto no seu âmbito nacional.